



A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul

The territorialization of sugarcane in the Mato Grosso do Sul

Alex Torres Domingues

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.
Rodovia Dourados - Itahum, Km 12, Cidade Universitária, CEP: 79804-070, Dourados, MS, Brasil.
E-mail: alexdomingues@ufgd.edu.br

Antonio Thomaz Júnior

Professor Adjunto do Departamento de Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT, Universidade Estadual Paulista - UNESP.
Rua Roberto Simonsen, 305, CEP: 19060-900, Presidente Prudente, SP, Brasil.
E-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo:

Este artigo trata da territorialização¹ da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul, que se mostra um tanto voraz, diante dos incentivos fiscais e outros, por parte do governo federal bem como por parte do governo estadual e municipal. Nesse cenário, alguns municípios tradicionalmente ligados à pecuária e à produção de alimentos deixam de produzir para conceder espaço à cultura canavieira. Portanto, há um reordenamento espacial e territorial da atividade agroindustrial canavieira no contexto sul-mato-grossense.

Palavras-Chave: Capital, agronegócio canavieiro, expansão canavieira.

Abstract:

This article is about the territorialization of cane sugar in the Mato Grosso do Sul State, which shows a bit greedy, before tax breaks and other from the federal, state and municipal administration. In this scenario, some municipalities traditionally associated with farming and food production should cease to have space to give the sugarcane cultivation. So there, is a spatial and territorial reorganization of sugarcane agro-industrial activity in the context of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Capital, agribusiness sugarcane, sugarcane expansion.

¹ O território, para ter sentido a sua existência, possui alguns elementos que são a sociedade, o espaço e o tempo. “[...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

INTRODUÇÃO

A atividade canavieira no Brasil, até meados dos anos de 1990, estava concentrada nos principais estados produtores (São Paulo, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais), porém, atualmente há unidades produtivas por todos os estados da região Centro-Oeste, com destaque para o Mato Grosso do Sul e Goiás.

Dessa forma, estamos com as atenções voltadas para as repercussões da reestruturação produtiva do capital encimada nas cadeias produtivas do agronegócio canavieiro e para as vinculações que estão sendo construídas com os conglomerados/corporações transnacionais agroquímico-alimentar-financeiros que estão à frente da produção de insumos, processamento e comercialização da produção. Estas repercussões expressam ainda novos elementos de uma nova divisão internacional do trabalho².

No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), essas ações se expressam de diversas formas, como por exemplo, a territorialização da monocultura canavieira, a exploração de mão de obra, principalmente, a indígena, e a degradação dos solos e da água e dos recursos naturais, entre outros

Podemos observar o crescimento da entrada da atividade canavieira no MS, a partir das toneladas de cana moída desde a primeira safra até os últimos anos que, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), foi de 2.386,6 toneladas na safra 1984/1985 e de 28.811,9 toneladas na safra 2009/2010.

Além deste quadro, o Mato Grosso do Sul apresentou um crescimento de 19% de área plantada de cana-de-açúcar, passando de 275,8 mil em 2008 para 328,2 mil hectares em 2009, segundo o terceiro levantamento do mês de dezembro/2009 realizado pela CONAB. Assim, no que diz respeito ao território brasileiro, a expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul ficou atrás apenas do Estado de Goiás que cresceu 29,5%³.

² Entendemos como divisão internacional do trabalho, a especialização das atividades produtivas das regiões, que foram intensificadas com a globalização da economia, ou seja, cada região ou país fica designado a produzir certo tipo de produto – de acordo com o clima, relevo, precipitação de cada país.

³ Terceiro levantamento realizado pela CONAB, em dezembro de 2009.

O contexto da cana-de-açúcar foi inserido no Mato Grosso do Sul, na década de 1980, e se fortaleceu com o Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), criado em 1975. A partir de então, ocorreram mudanças e transformações de ordem econômica, social, espacial e cultural.

Ao refletirmos sobre a história do Mato Grosso do Sul, vimos que esse estado tem tradicionalmente sua economia vinculada à extração de produtos primários e de recursos naturais, com destaque inicial para a erva-mate⁴. A partir de meados do século XX, entra em decadência o modelo de desenvolvimento agrícola em curso, ou seja, passa-se a praticar a agricultura modernamente tecnológica, o que oportunizou que outras atividades produtivas passassem a ser praticadas. Este é o caso da soja, do milho, e da pecuária de corte, que é a base econômica do Estado.

Devemos considerar que, o processo expansionista da cana-de-açúcar, além de obter incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, também fez parte das prioridades do apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras fontes de investimentos públicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O setor canavieiro está implantado no Mato Grosso do Sul desde o ano de 1983, porém sua territorialização não gerava um reflexo tão expressivo na economia, na cultura, nos serviços públicos e nas relações de trabalho como no pós-2000. Isso se deve ao fato de que, no início, o cenário político estadual era outro, formado na sua maioria por pecuaristas.

Com efeito, o que analisamos é o processo de territorialização da cana-de-açúcar na porção do território sul-mato-grossense; e, assim, os impactos gerados, como a contratação de mão de obra migrante, que rebatem diretamente no âmbito municipal, devido à procura por serviços públicos (saúde e educação, principalmente), que se tornam muito maior do que a demanda.

Com a expansão canavieira, surge algumas consequências que, de antemão, seria: a) ampliação das relações de dominação do capital sobre o trabalho; b) controle social; c) “exclusão” de camponeses, indígenas, migrantes do campo; d) e imposição do capital à monocultura. Não descartamos outras tantas que, possivelmente, existem, mas que não vem ao caso contextualizar.

⁴ Para maiores informações sobre o papel da erva-mate no contexto sul-mato-grossense, ver a tese de doutorado de Figueiredo (1968), com o título *A presença geoeconômica da atividade ervateira*. O autor discorre sobre a atividade ervateira desenvolvida pelos espanhóis em Asunción (PY), Guairá (noroeste do Paraná) e Maracaju (sul de Mato Grosso do Sul) e a posse das terras nas regiões citadas acima pelos castelhanos.

As ações do agronegócio canavieiro se baseiam na distinção produtiva, na adoção e, ao mesmo tempo, na subordinação de tecnologias de ponta, na produção em larga escala, na exploração dos recursos naturais e na monocultura voltada à exportação. Aliado a isso, o estado, tem como objetivo central, ampliar o processo de concentração de riquezas no meio rural, gerando divisas para elevar o superávit da balança comercial.

Este artigo trata da territorialização da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul nos últimos anos, que se mostra um tanto rápida, diante dos incentivos, por parte dos governos federal, estadual e municipal, desenhando um reordenamento espacial e territorial da atividade agroindustrial canavieira no contexto sul-mato-grossense.

O crescimento da atividade agroindustrial canavieira no Estado de Mato Grosso do Sul

Verificamos que a agricultura brasileira, desde o seu início, foi estrategicamente organizada com o objetivo de “fornecer produtos” (FABRINI, 1996) ao mercado externo. Primeiramente, as doações feitas pelo Rei de Portugal eram de grandes porções de terra⁵. O primeiro produto a ser cultivado para a exportação foi a cana-de-açúcar e, como sabemos, essa cultura exige grandes áreas e um número excessivo de mão de obra. Portanto, notamos que as condições de início para a exploração do campo brasileiro foram a monocultura, o trabalho escravo, a produção para exportação e, conseqüentemente, a grande propriedade.

A partir daí, vemos que a cultura da cana se espalhou por todo o Brasil, sendo em alguns lugares mais, e em outros, menos. No entanto, a Região Nordeste (antiga Zona da Mata) ocupou a ponta da produção até o século XIX. Já no século XX, a Região Sudeste passa a ser a principal, despontando em produção o Estado de São Paulo, o que se consolida ainda no final do século XX, com o objetivo de se espalhar para outras áreas não tradicionais, tais como: Triângulo Mineiro, Noroeste do Paraná, Centro-Sul-Leste do Mato Grosso do Sul e Centro-Sul-Sudeste de Goiás.

⁵ Essas doações ficaram conhecida como *Sesmarias*, ou seja, quando houve a conquista do território brasileiro, por Portugal em 1530, implantou-se o mesmo sistema que vinha acontecendo em Portugal, no qual distribuía-se terras aos *Sesmeiros* para a produção de alimentos. Na verdade esse sistema foi quem instalou no Brasil o sistema *plantation* açucareiro.

No sul de Mato Grosso (MT)⁶, a ocupação das terras pelos não índios teve início a partir do século XIX com a delimitação das posses de terras pelos portugueses e espanhóis. Mais tarde, a Região Sul de MT passou a ser atrativa para as atividades de agricultura e pecuária desenvolvidas por gaúchos, paranaenses, paulistas da Região Noroeste de São Paulo, paraguaios e imigrantes estrangeiros.

Desde a sua ocupação, o Sul de Mato Grosso tem sua base na agricultura. Em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada pelo Ministério da Agricultura, que distribuiu em torno de 6.500 lotes de 20 a 50 hectares a trabalhadores brasileiros que não eram proprietários de terras. Para compreendermos a dinâmica agrária atual do Estado de MS, precisamos analisar suas condições históricas, a apropriação capitalista da terra, como condição preliminar (FABRINI, 1996).

Segundo Andrade (1994, p. 139-140), o crescimento da cana, “só se tornaria exponencial a partir de 1979, quando o Pró-Álcool passou a financiar a implantação de destilarias de álcool em todo o país”, e é nesse momento que o sul de Mato Grosso se tornaria centro de atrações do capital agroindustrial canavieiro.

O atual Mato Grosso do Sul intensificou o seu crescimento em decorrência da Ferrovia Noroeste do Brasil, que passou a interligar a Região Noroeste Paulista com o Sul do estado, surgindo os núcleos urbanos e cidades, como: Aquidauana, Maracaju, Campo Grande, Coxim. Com a vinda dessa ferrovia, ocorreu a expansão econômica gerando um aumento significativo na produção, no comércio e na vida socioeconômica desse estado, atraindo mais migrantes do Rio Grande do Sul e do Paraná.

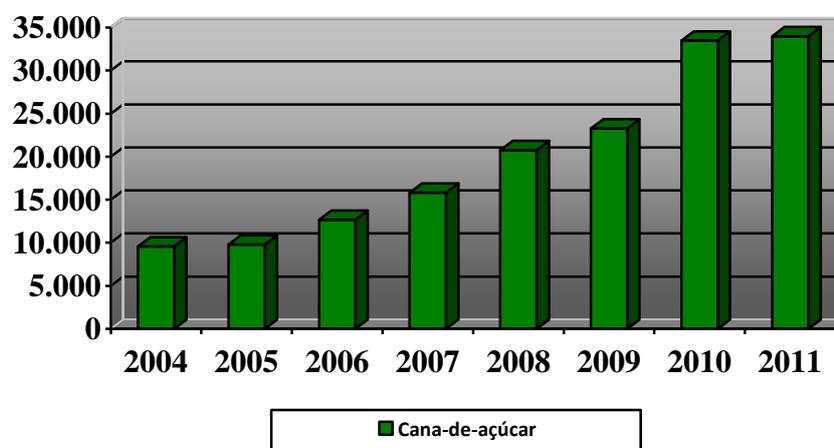
A partir dessa migração, a atividade da pecuária se expandiu. O sistema de produção foi realizado de forma extensiva em grandes áreas e o MS se destacou cada vez mais na agricultura e pecuária brasileiras, atraindo migrantes de outras regiões.

Por isso, o Mato Grosso do Sul vem ganhando maior destaque no mercado do agronegócio, sendo que a pecuária é uma das atividades de maior importância para a economia do estado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, foi destaque em vários produtos agropecuários no *ranking* nacional, como a pecuária e o bicho da seda em 3º lugar; a produção de lã e algodão em 4º lugar; a soja em 5º lugar; e a cana-de-açúcar em 6º lugar.

⁶ Assim era chamado o atual Estado de Mato Grosso do Sul antes de sua divisão, que aconteceu em 01 de janeiro de 1979, instituída pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.

No entanto, Mato Grosso do Sul aumentou ainda mais a produção da cana-de-açúcar, pois segundo o terceiro levantamento realizado pela CONAB em dezembro de 2009, esse estado finalizou o mesmo ano em quinto lugar, no *ranking* brasileiro, com 28,811 milhões de toneladas. Em 2010, finalizou a safra com 33,988 milhões de toneladas, mantendo-se em quinto lugar no *ranking* (apresentando um crescimento de quase 20% na produção)⁷ (Ver Figura 01).

Figura 01 – Produção de Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul período 2004/2009 (milhões de toneladas).



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
Org.: DOMINGUES, A. T. 2012.

Por meio da figura 1 visualizamos a ascensão da produção da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Tal produção traz benefícios para a balança comercial do estado e do país, mas traz também, todas as suas consequências (exploração de mão de obra, exploração ambiental, entre outros).

Vale destacar também que, em função do desenvolvimento e do apoio incondicional ao agronegócio por parte do Mato Grosso do Sul, este tem deixado de produzir os alimentos básicos ao ser humano, como arroz e a mandioca. Segundo o IBGE, em 2005 a área plantada com arroz foi de 54 mil hectares e em 2010 foi de 27 mil, ou seja, houve uma perda de 50%. Já em relação à mandioca, em 2005 tinha uma área plantada de 33 mil hectares e em 2010 esse número diminuiu para 26 mil, o que gerou uma perda de 20%. Contudo, tais itens aparecem em 9º e 18º lugares, respectivamente, quanto à produção no ranking nacional. Notamos, por meio dessas

⁷ Segundo o Terceiro Levantamento da safra 2010/2011, realizado pela CONAB em janeiro de 2011.

informações, a concentração de terras existente, pois a produção que mais se destaca é a pecuária que exige grandes extensões de terra para se desenvolver.

Os investimentos que o capital agroindustrial canavieiro vêm fazendo no estado decorre de alguns incentivos das esferas estadual e federal, principalmente, após o Pró-Álcool⁸, em 1975. Esse Programa pode ser considerado a fonte principal da instalação de unidades agroindustriais em Mato Grosso do Sul (Tabela 01). Verificamos que somente após quatro anos de implementação do Programa, é que houve instalações de unidades agroprocessadoras.

TABELA 01 – INSTALAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MATO GROSSO DO SUL (1979 – 1983).

Unidade	Cidade	Ano de Instalação
Usina Aquarius	Pedro Gomes*	1979
Usina Santa Helena	Nova Andradina	1982
Usina Maracaju	Maracaju	1982
Usina Passa Tempo	Rio Brilhante	1982
Usina Santa Fé	Rio Brilhante**	1982
Usina Santa Olinda	Sidrolândia	1982
Usina Santa Quitéria	Aparecida do Taboado	1983
Usina Coopernavi	Naviraí	1983
Usina Debrasa	Brasilândia	1983

⁸ O Pró-Álcool foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto nº 76.593, e segundo Thomaz Jr (2002, p. 76), foi “[...] com o propósito de produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo”, visando ao atendimento do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. O Programa não se estruturou apenas de objetivos ‘oficiais’, não se limitando apenas às questões ditas econômicas, como também ‘livrar o país dos gastos crescentes com a importação de petróleo’. Buscando apoio de vários outros setores da sociedade, ‘previa-se’, fazer uma articulação com algumas questões estruturais, como a diminuição das desigualdades regionais de renda, o processo de internalização do desenvolvimento com a desconcentração da propriedade da terra, o crescimento da renda interna brasileira, a aumento da produção de bens de capital e geração de empregos. Na verdade este Programa foi uma substituição em larga escala dos derivados de petróleo, pois o país pretendia evitar a dependência do mercado externo, principalmente, quando dos choques de preço de petróleo. Neste Programa, destacam-se cinco fases distintas: a primeira fase, chamada de fase inicial, compreende os anos de 1975 a 1979. Nesta fase, havia um esforço muito grande por parte do governo para a produção de álcool anidro para a mistura com a gasolina. A segunda fase – ou fase de afirmação – abrange desde o ano de 1980 até 1986. Neste período, o governo brasileiro intensificou a implementação do Programa e criou organismos para facilitar tal implantação como o: Conselho Nacional do Álcool (CNAL) a Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), por conta do segundo “choque do petróleo” (1979-1980), no qual o preço do barril praticamente triplicou. Já a terceira fase ou fase de estagnação, estende-se de 1986 a 1995. Na quarta fase – ou fase de redefinição – (período de 1995 a 2000), os mercados de álcool combustível, encontram-se liberados em todas as suas fases de produção, distribuição e revenda sendo os seus preços determinados pelas condições de oferta e procura. A última fase ou fase atual compreende desde 2000 até os dias atuais. Hoje, trinta e quatro anos após o início do Próálcool, o Brasil vive uma nova realidade com expansão do setor agro-sucro-energético e das exportações de açúcar e álcool em grande escala.

FONTES: Diversas.

NOTA: *Atual cidade de Sonora. ** Atual cidade de Nova Alvorada do Sul

ORG.: DOMINGUES, A. T., (2010).

Constatamos que houve um crescimento muito acentuado do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul, no que diz respeito à instalação de unidades agroprocessadoras entre os anos de 1979 e 1983. Esse período compreende duas fases do Pró-Álcool: a fase inicial e a fase de afirmação. Apesar das instalações nesses anos, segundo o IBGE, houve produção de cana-de-açúcar no MS somente a partir da safra de 1984.

O crescimento na produção da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul veio aumentando a cada ano, pois na primeira safra, em 1984/1985, produziu-se pouco mais de 02 milhões de toneladas (segundo o IBGE) e, vinte e seis anos depois, na safra de 2010/2011, tem-se uma produção de mais de 34 milhões de toneladas. Assim, houve um crescimento de mais de 1600% desde a primeira safra. Contudo, a maior evolução ocorreu na safra 2009/2010, quando houve um crescimento maior que 58% com relação à produção de 2008.

Nos últimos cinco anos, a produção da cana-de-açúcar cresceu muito rapidamente e, conseqüentemente, desterritorializa outras culturas (soja principalmente), além da área de criação de gado (grandes propriedades, fundamentalmente). Pois ao territorializar-se, a cana-de-açúcar, desterritorializa outras culturas/cultivos e pastagens já pré-instalados no estado.

Segundo o IBGE, em 2005 no Mato Grosso do Sul, havia uma área de 2,038 milhões de hectares plantada com soja. Já em 2009, essa configuração cai para 1,717 milhões de hectares, o que gera uma perda de 15,7%. A quantidade de cabeças de bovinos no mesmo estado – como é medida a produção de gado – em 2005, era de mais de 24,504 milhões de cabeças e, em 2009, 22,325 milhões. Uma diminuição de mais de 8,8%⁹. Com relação à cana-de-açúcar, esse cenário é diferente, pois como sabemos tal cultura está se expandindo e a área ocupada com a gramínea, em 2005, era de 136.803 hectares. Em 2009, subiu para 285.993 hectares, representando um ganho de 109%.

Vale ressaltar que, o capital agroindustrial canavieiro está ocasionando diversos impactos no Mato Grosso do Sul, isto é, transformações econômicas, sociais, políticas, ambientais e espaciais. Com isso, a região em que mais se nota haver

⁹ Quantificamos a produção bovina por cabeças, pois o IBGE não disponibiliza a quantidade de hectares ocupados pela criação de gados.

Salientamos que o principal objetivo do zoneamento é o direcionamento para a produção da cana-de-açúcar. No entanto, não se trata apenas de uma política estatal direcionadora, mas também sinalizar onde o capital agroindustrial pode explorar com mais intensidade todos os recursos disponíveis, como as melhores terras (planas, férteis e localização favorável com logística de transporte adequada), e acesso à água, formando assim, o Polígono do Agrohídronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Um dos diferenciais do Mato Grosso do Sul é a sua localização, pois está muito próximo dos grandes centros consumidores do país, particularmente, o Estado de São Paulo, o que contribui muito para o seu desenvolvimento econômico.

Podemos afirmar que o principal motivo de muitas empresas do setor canavieiro ter vindo para o MS é o preço da terra, ou as lutas que envolvem a terra. Segundo algumas empresas, a disputa por terras entre as usinas em São Paulo – principalmente, no Pontal do Paranapanema, região produtora tradicional da cana-de-açúcar – fez com que o preço das mesmas disparasse, não se tornando viável, economicamente, instalar mais unidades naquela localidade. “Além é claro, do fato de estarem instalando em terras devolutas” (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Complementamos que, além do preço pago pelo arrendamento ou compra da terra, em Mato Grosso do Sul, tem-se poucas lutas consistentes e constantes por parte das organizações que envolvem a luta pela terra Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), apresentando certa tranquilidade no que diz respeito à questão da terra, criando um clima ainda mais propício para a expansão canavieira.

A única luta marcante no Mato Grosso do Sul é a questão da demarcação das terras indígenas, que ainda aguarda definições por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O que notamos com isso é que o discurso do desenvolvimento, baseado no avanço do agronegócio canavieiro, coloca a demarcação sob uma

espacializar o potencial das terras para a expansão da produção da cana-de-açúcar no país planejando o uso sustentável das terras e em harmonia com a biodiversidade. Baseia-se em algumas diretrizes que permitirão a expansão da produção, que são: (a) indicação de áreas com potencial agrícola para o cultivo da cana-de-açúcar sem restrições ambientais; (b) exclusão de áreas com vegetação original e indicação de áreas atualmente sob uso antrópico; (c) exclusão de áreas para cultivo nos biomas Amazônia, Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai; (d) diminuição da competição direta com áreas de produção de alimentos, e (e) indicação de áreas com potencial agrícola (solo e clima) para o cultivo da cana-de-açúcar em terras com declividade inferior a 12%, propiciando produção ambientalmente adequada com colheita mecânica.

pressão muito forte. Além disso, há um movimento no sentido de coibir a criação de novas terras indígenas, favorecendo a expansão canavieira (OLIVEIRA, 2009).

O Mato Grosso do Sul tem 79 municípios¹¹, dentre os quais muitos deles estão direta ou indiretamente ligados ao setor canavieiro. Esse estado é uma das novas fronteiras da bioenergia¹² no Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), em 2009, havia 28 unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar em operação e implantação (Tabela 02), além de alguns outros projetos que estavam sendo analisados pela SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo) em Mato Grosso do Sul.

O cultivo da cana-de-açúcar cresceu significativamente no MS. Segundo a previsão do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) – ligado à SEPROTUR –, haverá desenvolvimento e crescimento do setor sucroalcooleiro no MS, mas os estudos são limitados, nesse estado, que identifique os agentes econômicos e as atividades desenvolvidas pela cadeia produtiva do açúcar e do álcool.

Diríamos, em acréscimo, que, os municípios onde as unidades agroindustriais estão instaladas, Dourados, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Sidrolândia, retém uma maior concentração do capital canavieiro, totalizando 14 unidades agroprocessadoras. Ao menos 20 municípios tem ligações direta com o setor canavieiro, ao passo que, algumas unidades utilizam serviços de dois ou mais municípios, totalizando mais de 30, envolvidos com tal setor.

¹¹ Recentemente, em 2009, foi emancipado o município de Paraíso das Águas.

¹² De acordo com Mendonça (2008), a bioenergia demonstra um movimento no sentido da busca de energias renováveis, consideradas limpas e autônomas, diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis, principalmente o petróleo.

TABELA 02 – UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL INSTALADAS EM MS – 2009.

Nome Fantasia	Razão Social	Cidade	Produção
Alcoovale	Alcoovale S.A. - Açúcar e Álcool	Aparecida do Taboado	Aç. Ál.
Angélica	Angélica Agroenergia Ltda.	Angélica	Aç. Ál.
Aurora	Aurora Açúcar e Álcool Ltda.	Anaurilândia	Aç. Ál.
Costa Rica	Cia Brasileira de Energia Renovável	Costa Rica	Álcool
Brilhante	Usina Brilhante – Energia Açúcar e Álcool Ltda.	Maracaju	Aç. Ál.
CBA – Sidrolândia	Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool	Sidrolândia	Aç. Ál.
CBA – Debrasa	Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool	Brasilândia	Álcool
Centro Oeste Iguatemi Ltda.	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda.	Iguatemi	Álcool
Dourados	Dourados S/A Açúcar e Álcool	Dourados	Aç. Ál.
Eldorado	Usina Eldorado Ltda.	Rio Brilhante	Aç. Ál.
IACO	IACO Agrícola S.A.	Chapadão do Sul	Álcool
Laguna	Usina Laguna Álcool e Açúcar Ltda.	Batayporã	Álcool
LDC – Unidade Passa Tempo	LDC Bioenergia S.A.	Rio Brilhante	Aç. Ál.
LDC – Unidade Rio Brilhante	LDC Bioenergia S.A.	Rio Brilhante	Aç. Ál.
LDC – Unidade Maracaju	LDC Bioenergia S.A.	Maracaju	Aç. Ál.
Monte Verde	Monte Verde Agro-Energética S.A.	Ponta Porã	Álcool

Nome Fantasia	Razão Social	Cidade	Produção
Nova América	Nova América S.A. - Industrial Caarapó.	Caarapó	Aç. Ál.
Pantanal	Pantanal Agroindustrial S/A.	Sidrolândia	Aç. Ál.
Rio Paraná	Usina Rio Paraná S/A.	Eldorado	Aç. Ál.
Safi	Safi Brasil Energia Ltda.	Nova Alvorada do Sul	Álcool
Santa Helena	Energética Santa Helena Ltda.	Nova Andradina	Álcool
Santa Luzia	Agro Energia Santa Luzia Ltda.	Nova Alvorada do Sul	Álcool
São Fernando	São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	Dourados	Álcool
Sonora Estância	Cia Agrícola Sonora Estância.	Sonora	Aç. Ál.
Usinavi	Usina Naviraí – Açúcar e Álcool.	Naviraí	Aç. Ál.
Vale do Vacaria	Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A.	Sidrolândia	Aç. Ál.
Vicentina	Central Energética Vicentina Ltda.	Vicentina	Aç. Ál.
Vista Alegre	Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda.	Maracaju	Aç. Ál.

FONTES: MAPA/Secretaria de Produção e Agroenergia e UDOP.

LEGENDAS: Ac.: Açúcar; Ál.: Álcool.

ORG.: DOMINGUES, A. T., 2010.

A expectativa do governo estadual para 2012 é de que o Mato Grosso do Sul seja o segundo maior produtor nacional (lembrando que o maior produtor é o Estado de São Paulo), o que representaria, mais “distribuição da riqueza”, garantindo nesse caso o desenvolvimento regional.

É possível que as atividades canavieiras no Mato Grosso do Sul estão se territorializando em áreas tradicionalmente ligadas à pecuária. O que está omisso neste fato é que ao invés de “distribuição da riqueza”, haverá uma maior concentração de terras sob a influência de grupos internacionais e menos terras para a reforma agrária. Portanto, haverá menos “distribuição da riqueza”, levando em consideração que em uma propriedade de 20 hectares se produz para uma família inteira, enquanto que para a produção do agronegócio canavieiro de exportação são necessárias grandes extensões de terra.

A SEPROTUR está trabalhando com a projeção de uma área de 1 milhão de hectares de cana no MS entre 2012 e 2015. De acordo com Roberto Hollanda (presidente da Biosul¹³), a previsão é de que em 2015 a área plantada supere 1 milhão de hectares¹⁴.

Já entre 2012 e 2013, a instalação de mais dez usinas está prevista, ou seja, em menos de uma década, ocorrerá uma territorialização muito significativa quanto ao número de empresas agroindustriais canavieiras implantadas em Mato Grosso Sul. Com todo crescimento demonstrado, a estimativa é de que o setor gere em torno de 37 mil empregos entre o campo e a indústria. Isso acontece, pois cada um destes novos projetos emprega em média 1,2 mil pessoas, contabilizando os 31 empreendimentos garantidos até 2013 (SEPROTUR, 2009).

Vale lembrar que, em muitas unidades agroindustriais isso não acontece, pois as mesmas trabalham com 100% de sua colheita mecanizada, diminuindo a quantidade de empregos e obtendo aproximadamente 900 funcionários para toda a unidade agroprocessadora. Dessa forma, os números apresentados pelo governo estadual não mostram a realidade, o que deve diminuir drasticamente a quantidade de empregos citados pelo governo e criados no setor.

¹³ Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul.

¹⁴ Palestra ministrada por Roberto Hollanda, com o título “Perspectiva do Setor Sucoalcooleiro em Mato Grosso do Sul” no “II Simpósio sobre Produção de Cana-de-Açúcar” entre os dias 22 e 23 de novembro de 2010.

Algumas condições podem influenciar na escolha por Mato Grosso do Sul no que tange à instalação de novas unidades agroindustriais, pois o estado tem muitas características favoráveis ao agronegócio canavieiro¹⁵.

O Mato Grosso do Sul está passando por um redimensionamento territorial, principalmente, no que diz respeito ao processo de territorialização da cana-de-açúcar, pois até o final do século XX, o estado não possuía qualquer representatividade na produção de cana-de-açúcar e seus derivados (açúcar e álcool).

Todavia, o Mato Grosso do Sul passou a integrar o mercado canavieiro entre as décadas de 1970 e 1980, período em que várias unidades agroprocessadoras financiadas foram implantadas pelo Pró-Álcool. Mais recentemente, houve um crescimento abrupto desse setor, devido à incentivos do Estado, o que veremos a seguir.

O papel do Estado enquanto regulamentador e normatizador do processo de expansão do capital agroindustrial canavieiro

Para viabilizar ainda mais a consolidação desse modelo de agricultura capitalista (baseado no *plantation* e chamado de agronegócio), o agronegócio canavieiro tem ainda o apoio incondicional do Estado e das políticas públicas, por meio, principalmente, dos créditos rurais, das pesquisas agropecuárias, dos instrumentos de regulação dos preços e dos mercados, das estruturas de armazenamento.

Segundo Ianni (1996, p. 219-220), o Estado está

[...] no centro das atividades e das reflexões de uns e outros, como síntese das condições e possibilidades ou impossibilidades, das identidades e diversidades [...]. [...] Sob vários aspectos, o Estado moderno e contemporâneo pode realmente ser visto como uma surpreendente obra de arte; uma obra de arte coletiva [...]. [...] A preocupação com a centralidade do Estado na sociedade moderna e contemporânea, isto é, na sociedade burguesa ou capitalista, está presente tanto em Marx como em Gramsci e Mandel, passando por

¹⁵ Dentre outros fatores, destacam-se: - diferentes classes de solos, sendo que o solo de maior expressão é o do tipo latossolo vermelho escuro. Esse solo é muito fértil e precisa de pouca correção. Ele está distribuído na porção centro-sul do Estado, ou seja, local onde se encontram Maracaju e Rio Brillhante (dados do SEPLANCT, “Secretaria de Planejamento, Cultura e Transporte”, 2006); - alto TCH (toneladas de cana por hectare), apresentado nessa região por conta desse tipo de solo, que segundo o 3º Levantamento da CONAB realizado em dezembro de 2009, foi de 88 ton./ha; e, - pouca ou nenhuma representatividade da classe dos trabalhadores, pois não há ainda uma organização solidificada na região, ou seja, os sindicatos ficam refém do processo, pois não tem apoio maciço da maioria dos trabalhadores do setor.

Kautsky, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Hilferding e outros [...]. [...] O Estado não é senão o poder total organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em face das classes exploradas, dos camponeses e dos operários [...]. [...] O Estado moderno, por outro lado, não passa de uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições gerais do modo capitalista de produção contra os ataques, tanto dos operários, como de capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal [...].

O papel do Estado¹⁶ na normatização do setor agroindustrial canavieiro é imprescindível, pois há discursos e práticas (principalmente por parte do governo, da mídia e da classe produtora de cana-de-açúcar), que são impostos de cima para baixo, de forma a não se abrir um espaço para discussões e diálogos. Também vemos que o Estado realiza a fase pré-inicial do empreendimento que é “difundir o lugar”, revelando suas possibilidades e potencialidades para o capital sucroalcooleiro.

Ainda com relação ao papel do Estado, concordamos com Thomaz Júnior (2002, p. 56) quando pondera que a participação do Estado, principalmente nesse setor da economia, “não se restringe apenas às instâncias de planejamento e controle, bem como na fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos”. Além disso, está presente também, na “normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho”.

No entanto, a partir da década de 1990, observamos uma sensível modificação no tocante ao papel do Estado e das políticas públicas em relação ao agronegócio que se consolidou e se estruturou em bases privadas. Assim, a assistência técnica pública foi dispensada dentro do modelo adotado pelo sistema agroindustrial, devido ao processo de homogeneização tecnológica coordenado pelos grandes empreendimentos.

¹⁶ Destacamos que, entre os programas e leis firmadas pelo Estado brasileiro para incentivar a economia canavieira no século XX, entra em ação a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1930 quando iniciou uma fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional, tornando permanente a intervenção federal nesse setor (BARRETO, 2008). O IAA surgiu para cooperar com a melhoria das condições da agroindústria canavieira, resolvendo o excedente da produção de açúcar como fomento do álcool combustível, através da estabilização dos preços do açúcar e da construção de novos equipamentos para as destilarias destinadas à produção do álcool. No entanto, o IAA contribuiu apenas com os usineiros. Estes se capitalizaram e se aparelharam na insaciada de crescimento produtivo das unidades agroprocessadoras através da ampliação da capacidade das moendas. Nos anos de 1940, o Estatuto da Lavoura Canavieira foi implantado pelo governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº. 3.855/41, de 21 de novembro de 1941. Seu objetivo principal era regulamentar as relações entre os fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, além de estabelecer um salário mínimo ao trabalhador rural canavieiro.

De acordo com a EMBRAPA (2003), o próprio papel do crédito rural vem perdendo sua importância devido à crescente utilização de formas de financiamentos coordenadas pelo sistema agroindustrial. O modelo de pesquisa agropecuária – financiada com recursos públicos – começa também a sofrer a influência dos enormes investimentos efetuados em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) pelas maiores corporações, particularmente no setor de insumos, que considera a questão da inovação tecnológica como uma peculiaridade principal do padrão de concorrência internacional.

O atual governo de Mato Grosso do Sul, mostra-se empolgado em realizar uma política voltada para o alargamento do setor canavieiro no estado. Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), o governador disse, “temos potencial para ser responsável por 20% da produção de etanol no Brasil e abastecer 10% do mercado mundial em 30 anos, mas para isso teria que aumentar em 12 vezes a produção”.

Sendo assim, há a pretensão de se implantar várias unidades industriais sem se preocupar com as consequências advindas desse processo¹⁷, como o aumento inesperado da população dos pequenos municípios (como encontramos no caso dos municípios de Rio Brilhante e Maracaju), não dando nenhum suporte a estes, ficando os mesmos reféns do capital agroindustrial canavieiro.

Um exemplo do apoio do governo estadual ao agronegócio canavieiro é o “Programa MS Empreendedor”¹⁸. O Programa foi implantado em 2001. Com ele, o estado oferece isenção de até 67% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) às indústrias que estão ampliando suas unidades ou àquelas em processo de instalação. A isenção pode durar até 15 anos. Os benefícios em relação ao imposto sobre serviços são negociados diretamente com as administrações dos municípios onde estão sendo implantados os projetos. No “Programa”, existe redução de até 90% de ICMS.

¹⁷ As consequências das quais o trecho acima trata estão sendo de toda forma ocultadas pela mídia local, como exemplo elencamos a seguinte matéria “Posição de MS na Produção de Bioenergia” publicada no canal da cana. Disponível em: <www.canaldacana.com/novo/view/index/?act=listar&cod_editoria=2185>, do dia 21/07/09, na qual todos os entrevistados da comissão do CANASUL (Congresso de Tecnologia na Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar em Mato Grosso do Sul), defendem a ideia de desenvolvimento a partir do ampliação do setor canavieiro, desconsiderando todas as características regionais, utilizando-se do discurso para que se torne uma realidade (SEPROTUR).

¹⁸ O PROGRAMA MS EMPREENDEDOR foi instituído por meio da Lei Complementar Nº 93/01, cujo objetivo é fomentar a industrialização no estado de Mato Grosso do Sul. Seus benefícios ou incentivos fiscais concedidos às indústrias que se instalarem ou ampliarem suas instalações, é de até 67% do ICMS devido, pelo prazo de até 5 anos, prorrogável por igual período, conforme perfil do empreendimento, com possibilidade de: dispensa do pagamento do ICMS incidente sobre as entradas interestaduais ou sobre a importação de máquinas e equipamentos, destinados ao ativo fixo da empresa e diferimento do ICMS incidente sobre importações de matérias-primas.

O setor canavieiro vem sendo estimulado cada vez mais pelo Estado brasileiro e a preocupação fundamental é a manutenção da lógica da reprodução do capital. Essas ações e discursos que justificam, no Mato Grosso do Sul, a exploração da força de trabalho (indígenas e migrantes, na sua maioria, nordestinos), pela via da expansão da monocultura da cana, desmatamento de terras, exploração/depredação dos recursos naturais locais (principalmente, a terra e a água), coloca para todos os desafios iminentes, ou seja, quais os impactos na produção de alimentos?

Vale ressaltar que, além de apoio do governo estatal, as empresas têm também o forte amparo do governo federal, que financia seus projetos com valores altos, pagamento em longo prazo e com juros baixos, que, às vezes, acabam por perdoar a dívida.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um exemplo claro disso, pois tomou como sua responsabilidade o projeto de expansão (a qualquer custo) do agronegócio canavieiro no Brasil, que no governo Lula, somente em 2008, direcionou R\$ 6,7 bilhões ao setor (THOMAZ JUNIOR, 2009). Esse montante é destinado a projetos relacionados à produção de açúcar e álcool, instalação de plantas de cogeração de energia a partir do bagaço da cana, e à expansão de mais canaviais (RB¹⁹, 2009).

Além do BNDES, o governo federal está atuando no setor por meio da Petrobrás Biocombustíveis (subsidiária da empresa estatal brasileira de petróleo). O objetivo dessa empresa é comprar a participação acionária e se tornar sócia de empreendimentos ligados ao ramo do etanol. Como exemplo disso, destacamos que, em 2009, a Petrobrás comprou 40% da Usina Total, localizada em Bambuí (MG). A Petrobrás Biocombustíveis fechou acordo com a estatal chinesa Petrochina para estudar projetos conjuntos direcionados à exportação²⁰. Também, utiliza-se de créditos financeiros através dos seguintes órgãos e políticas fomentadoras: FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste); FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial); PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda); e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Podemos dizer que até mesmo o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar é uma forma de apoio estatal, pois direciona a expansão e a partir dela faz o

¹⁹ A ONG Repórter Brasil, que lançou o relatório “O Brasil dos Agrocombustíveis – Cana 2010: Impacto das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade”. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf>. Acesso em: 27/05/2010.

²⁰ CF. RB, 2010.

planejamento para mais investimentos, vendendo a imagem de produção sustentável e ecologicamente correta.

Ainda cabe salientar que o governo Lula proporcionou uma política pública mais voltada para grandes investimentos – principalmente em infraestrutura tornando o setor mais competitivo. A nova política é o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Nesta, a construção de um alcoolduto/poliduto ligando o Mato Grosso ao Porto de Paranaguá/PR, passando por Mato Grosso do Sul e Paraná; investimentos em hidrovias, ferrovias e rodovias com o objetivo de escoamento da produção, e a construção de pontes estão previstos, dentre outras obras de infraestrutura e saneamento básico.

Em Mato Grosso do Sul, o Estado, ainda criou a Lei nº 3.404, de 30 de julho de 2007, com o objetivo de ordenar o processo de produção de álcool e açúcar, delimitando zonas para o cultivo, além dos determinados pelo ZAE Cana. Pretende também promover o Zoneamento Ecológico-Econômico com o objetivo semelhante ao ZAE Cana. Portanto, notamos que o Estado vem dando um suporte e uma direção de onde o capital agroindustrial canavieiro deve ou não investir, e, em que medida se deve fazer isso para conseguir financiamentos.

Uma questão que está sendo secundarizada pelo poder público diz respeito às relações de trabalho encontradas no setor. Há uma série de incentivos e vantagens para a instalação, implantação e ampliação do setor canavieiro, não questionando quais as formas de trabalho utilizadas e, ainda, anunciando um enorme número de vagas no mesmo. Contudo, muitas vezes as condições de trabalho são precárias, o que em alguns casos se assemelha ao trabalho escravo.

Entretanto, o que notamos até agora é que o Estado continua direcionando políticas específicas para a expansão da cana-de-açúcar em várias regiões do país, como em períodos anteriores, em que destacamos o Pontal do Paranapanema e as novas fronteiras agrícolas, dentre elas o Mato Grosso do Sul, visando ao mercado internacional e baseando-se no discurso do combustível renovável. Entendemos, então, que os interesses do capital internacional estão induzindo a expansão de cana no Brasil, por meio de aquisições e/ou fusões entre grupos do setor agroindustrial canavieiro.

CONCLUSÃO

Toda a expansão do setor agroindustrial canavieiro nos leva a refletir sobre o tipo de desenvolvimento do qual se fala (principalmente os líderes de governos municipais, estaduais e federais), ou, ainda, para quem serve e se queremos ou não um desenvolvimento tão avassalador como o agroindustrial canavieiro.

O Mato Grosso do Sul passa por um redimensionamento no que diz respeito à questão da territorialização da cana-de-açúcar. Em muitas regiões onde havia pasto e soja, atualmente, há cana. Esse redimensionamento pode ser considerado como provocador de uma saída grande de pessoas do campo às cidades nas regiões onde estão sendo instaladas as unidades agroindustriais canavieiras, formando assim um excesso de mão de obra não especializada nos municípios sul-mato-grossenses que estão envolvidos pelo setor. Conseqüentemente, isso gera condições precárias de atendimento dos serviços públicos que acabam por não atenderem de forma satisfatória essa “nova” população que carece de “cuidados” (como saúde, educação, lazer, moradia, infraestrutura, entre outros).

Vale lembrar que alguns municípios como Rio Brilhante – localizado no Centro-Sul do Estado – tem boa parte de seu território plantado com a cana-de-açúcar (cerca de 30% da área total do município). Esse reordenamento territorial se deve à chegada do capital agroindustrial canavieiro, que não mede esforços para expandir ainda mais seus capitais.

Possivelmente, com a expansão da cana-de-açúcar e a diminuição de área para outras culturas, os maiores reflexos se dão sobre os alimentos (arroz, feijão e mandioca principalmente), que aos poucos vão deixando de serem produzidos.

Os rearranjos do capital agroindustrial canavieiro também proporcionam o processo de reestruturação produtiva do capital, as fusões, as aquisições de empresas por vários outros grupos do setor. Podemos citar como exemplo, primeiro, a aquisição das unidades do Grupo Tavares de Melo (Maracaju e Passa Tempo, localizados nos municípios de Maracaju e Rio Brilhante, respectivamente) pela LDC e, por último, a fusão deste com o Grupo Santa Elisa Vale (SEV), formando o grupo LDC-SEV.

Verificamos que o aporte econômico dado pelo Estado é significativo e quem aproveita esses financiamentos são simplesmente os grupos canavieiros que emprestam milhões e o seu retorno a sociedade é pífilo, oferecendo algumas centenas de empregos, uma vez que, a maior parte dos seus recursos vem do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), mas não se destina aos trabalhadores de forma mais geral,

ou seja, apenas alguns grupos ou setores abocanham o que deveria ser destinado a reforma agrária, por exemplo.

Os financiamentos, que na maioria das vezes se tornam subsídios, servem para alavancar um setor cada vez mais concentracionista tanto de terra quanto de capital. Isso produz um reordenamento espacial, econômico, cultural e social em todo o Centro-Sul do Mato Grosso do Sul.

Com esse artigo, analisamos a territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul com destaque para os fatores que têm atraído o capital agroindustrial canavieiro para essa nova frente de expansão. Para tanto, encontramos alguns motivos, dentre os quais: o preço da terra cujo valor para arrendamento e compra é bem menor se comparado ao estado de São Paulo; não ser em terras devolutas; os elevados incentivos fiscais; as boas condições de infraestrutura; a proximidade com o mercado consumidor; a topografia plana e o clima propício ao cultivo; os créditos rurais favoráveis; as pesquisas tecnológicas agropecuárias por parte dos institutos estatais, Embrapa, principalmente; os trabalhadores sem mobilização por seus direitos; e, os poucos embates por parte dos movimentos sociais.

Todos esses fatores citados, que propiciam um clima favorável à expansão canavieira, fez com que essa expansão alcance patamares jamais vistos no Mato Grosso do Sul no ano de 2011 (34 milhões de toneladas e ocupando uma área de 480 mil hectares²¹). O fato se deve, também, a um conjunto de forças hegemônicas (capital agroindustrial canavieiro, políticas incentivadoras do governo estadual e do federal), que construíram referenciais de apoio junto a população em geral, ou seja, um sentimento de estar apostando no “combustível limpo” e, mais recentemente, na “energia limpa”.

Assim, entendemos que o Estado tem um papel crucial na consolidação e na implementação de políticas voltadas a melhoria da infraestrutura e logística, além dos incentivos fiscais que valem para os próximos anos.

Finalizamos ratificando que, por conta dessa conjuntura socioeconômica apresentada, a territorialização da cana-de-açúcar traz novas perspectivas para o campo sul-mato-grossense, sobretudo, para as questões trabalhistas, ambientais e econômicas da região, bem como o acirramento na disputa pela terra, fundamentalmente, de indígenas e camponeses.

²¹ Dados obtidos através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Primeiro Levantamento de Cana-de-Açúcar (abril – 2012).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social.** São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BARRETO, Maria Joseli. Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da usina Alvorada do Oeste e da destilaria Decasa. **Revista Eletrônica Pegada**, v. 9, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/09-9-1-MariaJoseliBarreto.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 76.593 de 14 de nov. de 1975. **Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras providências.** Brasília, 1975.

_____. Presidência da República. Lei Complementar n. 31 de 11 de out. de 1977. **Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.** Brasília, 1977.

_____. Presidência da República. Decreto n. 6.961 de 17 de set. de 2009. **Aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento.** Brasília, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Terceiro Levantamento de 2009 - Cana.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

_____. **Terceiro Levantamento de 2010 - Cana.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

_____. **Primeiro Levantamento de 2012 - Cana.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 05 mai. 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o agronegócio brasileiro. Cenários 2002-2012.** Brasília, 2003.

FABRINI, João Edmilson. **A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul do Mato-Grosso do Sul: o caso Itaquiraí.** 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente. 1996.

FIGUEIREDO, Alvanir de. **A presença geoeconômica da atividade ervateira.** 1968. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. UNESP/Presidente Prudente, 1968.

IANNI, Octavio. Estado e capitalismo segundo Engels. **Marx e Engels na História.** Humanitas, 1996. Org. Osvaldo Coggiola.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal.** Brasília, 2009.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Bioenergia e viabilidade da produção de alimentos: para quem? **Revista Formação**, v.2, n. 15, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25_debate.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Anuário Estatístico da Agroenergia**. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos agrocombustíveis. Os impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade**. v. 6. jan. 2010. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf>. Acesso em 27 mai. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. Tese (Livre docência em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2009.

Recebido em: 26/10/2011.

Aceito para publicação em: 25/06/2012.